

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA: EVIDÊNCIAS E IMPLICAÇÕES

Vanuza Cecilia de Oliveira
Faculdade Interamericana de Ciencias Sociales
vanuzacecia@yahoo.com.br

Inaiara Alves Rolim
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
inaiararolim@gmail.com

1. Introdução

A qualidade na educação tem sido um debate constante e a avaliação como parâmetro para políticas educacionais ganha centralidade. Nesse debate, a avaliação externa entra em destaque como forma de monitorar o desempenho das redes de ensino, além de identificar áreas de melhoria, delegar responsabilidades e fornecer subsídios a tais políticas, desempenhando um papel fundamental na qualificação da escola.

Incompatível com o discurso de uma prática avaliativa democrática e inclusiva, que se fundamenta na construção do diálogo e na mediação como pilares essenciais, as políticas de avaliação externa vêm ganhando novos contextos nas práticas educacionais pautados nos altos índices de baixo rendimento dos estudantes. Os resultados insatisfatórios demarcam as definições de metas que incidem diretamente na prática pedagógica cotidiana.

Partindo desse pressuposto é necessário questionar sobre o impacto das avaliações externas no processo de aprendizagem dos estudantes. Assim, construído a partir de levantamento bibliográfico e pesquisas que investigam o impacto dessas avaliações no cotidiano escolar, este artigo discute como os resultados dessas avaliações influenciam na distribuição de recursos e formulação de políticas públicas.

2. Delineamento discursivo das avaliações externas

No Brasil, as políticas educacionais têm como foco principal a avaliação das instituições de ensino. Essa abordagem tem ganhado força ao destacar a "qualidade" como o grande desafio do sistema educacional brasileiro, resultando na implementação de um sistema permanente de avaliação voltado para a melhoria contínua das escolas (Oliveira, 2022).

Essas avaliações são construídas de forma padronizada e aplicadas em grande escala com o propósito de: “1) monitorar a qualidade da educação e a garantia do direito ao aprendizado; 2) reorientar políticas educacionais; 3) reorientar o trabalho pedagógico da escola; 4) promover controle social e responsabilização no serviço educativo; entre outras finalidades” (Ribeiro, 2024, p. 9).

Para serem agraciados com recursos, os municípios entram numa corrida para obter bons resultados em avaliações como por exemplo, Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), Avaliação Nacional da Educação Básica, na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar/Prova Brasil, na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essas avaliações são concebidas para orientar políticas públicas relacionadas ao gerenciamento das redes de ensino, à formação de professores, à escolha de recursos didáticos, entre outros aspectos. No entanto, não são direcionadas à reflexão sobre as especificidades e singularidades que ocorrem no interior de uma sala de aula (Oliveira, 2022), nem tampouco como ponto de partida para refletir sobre a prática pedagógica.

A ação docente, nesse contexto, se reduz a uma prática mecanicista para obter o aumento da proficiência estudantil nas avaliações externas como tradução de aprendizagem através de um permanente treinamento para os exames nos quais os estudantes são submetidos na busca da perfeição. Deste modo, “a avaliação realiza-se como um ato exterior à relação pedagógica: verifica, mensura, julga, classifica e prescreve” (Esteban, 2012, p. 328), ou seja, mais cumprimento das metas do que na utilização dos resultados das avaliações para usos pedagógicos.

2.1 Avaliações em larga escala: visão economicista e usos dos resultados

A educação tem se pautado no discurso da redução da desigualdade, buscando promover oportunidades equitativas de acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento integral para todos os indivíduos. Nesse contexto, embora o discurso oficial valorize a equidade, as políticas de avaliação externa priorizam resultados padronizados, que nem sempre refletem as realidades diversas das escolas, especialmente aquelas situadas em contextos de vulnerabilidade social.

Os bons resultados nas avaliações externas implicam que a eficiência nos resultados educacionais opera na eficiência da gestão do sistema e instituições escolares por meio

da regulação sob a hegemonia da avaliação externa. “Em nível da gestão do sistema educacional, essa “retórica” preocupa-se com a produtividade do gasto público educacional, de tal forma que problemas pedagógicos como a repetência são abordados principalmente em termos de desperdício do investimento educacional” (Ribeiro, 2024, p. 17). Inclui também a organização dos recursos para atender amplos contingentes da população em idade escolar.

A aplicação das avaliações externas ignora as condições socioeconômicas, culturais e estruturais que impactam diretamente o processo de ensino e aprendizagem, pois ao focar exclusivamente em métricas comparativas e classificatórias, a avaliação externa corre o risco de reforçar desigualdades, estigmatizando escolas e comunidades que enfrentam maiores desafios. Os resultados dessas avaliações são usados apenas para ranquear instituições, em vez de promover intervenções direcionadas e contextualizadas, o sistema educacional perde a oportunidade de contribuir para a redução efetiva das desigualdades. Vale destacar que o mau uso dessas avaliações poderão estimular comportamentos perversos às populações com os piores resultados, trazendo consequências prejudiciais para as escolas, alunos e professores da educação. Além disso, a divulgação dos resultados poderá estimular a competição, longe de sua função que tem como propósito subsidiar a tomada de decisões nas escolas e promover o debate sobre uma dimensão da qualidade educacional.

Por outro lado, ainda que reducionista, a avaliação externa devido a seu caráter censitário, transforma-se em um instrumento de gestão para as escolas públicas. Basta que as informações provindas dessas avaliações sejam “indícios do processo de ensino e de aprendizagem evidenciando trajetórias dos alunos, das escolas e das próprias redes” (Machado e Alavarse, 2014, p. 430). Esses autores, evidenciam ainda que as avaliações de sistema comprovam as dificuldades das escolas em assegurar o domínio de conhecimentos básicos a todos os alunos, além de chamar atenção para essa população. Nesse contexto, o professor precisa relacionar avaliação feita pelo sistema (externa) e avaliação feita pelo professor (interna) como ponto de apoio para uma escolarização de sucesso de todos os estudantes. Essa aproximação, conforme Oliveira (2024) comprova que a avaliação da aprendizagem é uma competência que os professores ainda precisam desenvolver e aperfeiçoar em suas próprias práticas. A carência de aprofundamento teórico-metodológico sobre avaliação da aprendizagem evidencia a necessidade urgente de preparar esses profissionais, oferecendo-lhes ferramentas e soluções para lidar com os

diversos desafios relacionados tanto ao ensino quanto aos usos da avaliação externa no contexto escolar. Para maximizar o impacto positivo dos dados das avaliações externas, é essencial promover a formação de educadores e gestores, garantindo que as informações sejam utilizadas para reflexões críticas e ações transformadoras no contexto escolar (Ribeiro, 2024).

O debate sobre os usos dos dados recolhidos nesse modelo avaliativo traz informações das habilidades essenciais de leitura e matemática ainda não garantidas a todos os alunos. Esse diagnóstico pode estar a serviço das escolas e para o currículo escolar com a interpretação adequada do significado pedagógico resultantes da avaliação. No entanto, o que se vê são estados e municípios empenhados em subir os índices por meio de foco excessivo no treinamento voltado para a melhoria nos desempenhos nos exames. É preciso ficar claro que o embate não é contra as avaliações externas, mas aos usos quantificáveis voltados para classificar, ranquear e punir.

3. Conclusão:

As avaliações externas, instrumentos utilizados para medir o desempenho educacional em larga escala, fornecendo dados sobre a qualidade da educação em diferentes contextos, possuem características padronizadas, com foco em habilidades como leitura, escrita e resolução de problemas matemáticos, permitindo comparações entre escolas, redes de ensino e regiões. Além disso, seus resultados são frequentemente utilizados para o planejamento de intervenções, monitoramento de metas educacionais e alocação de recursos.

Por outro lado, algumas críticas apontam que as avaliações externas podem gerar pressões para "ensinar para o teste" e desconsiderar as especificidades locais, culturais e socioeconômicas das escolas e comunidades. É essencial que as avaliações externas sejam usadas de forma equilibrada, complementando outros instrumentos avaliativos e promovendo um diálogo constante entre gestores, professores e comunidades escolares, garantindo que contribuam efetivamente para a melhoria da educação.

4. Referências

RIBEIRO, R. M. A polêmica sobre a avaliação da educação básica no Brasil: uma análise polifônica. / Renato Melo Ribeiro. São Paulo: FEUSP, 2024.

OLIVEIRA, V. C. Avaliação da aprendizagem: ‘Uma Análise Diagnóstica para Ações Pedagógicas no Ensino Fundamental I na Escola Municipal Eduardo Martini – Serra do Ramalho – BA’. São Paulo. Dialética, 2022.

OLIVEIRA, V. C. A formação continuada em avaliação em quatro escolas públicas municipais em Serra do Ramalho – Bahia. 2024. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS, Assunção-Paraguai, 2024.

ESTEBAN, M. T. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 51 set.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 01/06/2024

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014.